



O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO CIBERESPAÇO: UM ESTUDO SOBRE A DISCRIMINAÇÃO LINGUÍSTICA NO ESPAÇO VIRTUAL E SEUS AGENTES

Débora Furieri¹, Edenize Ponzo Peres²

¹ Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil.

² Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil.

deborafurieri@yahoo.com.br, edenizeponzo@gmail.com

RESUMO

Este artigo se inscreve na Sociolinguística e tem por finalidade discorrer acerca do perfil dos agentes do preconceito linguístico no ciberespaço. Para isso, determina quatro fatores de análise, a saber: gênero/sexo, nível de escolaridade, faixa etária e incidência de desvios linguísticos. Os resultados, deveras sintomáticos, revelam empiricamente quem são os agentes da discriminação linguística no espaço virtual.

1 APRESENTAÇÃO

O ciberespaço sintetiza o humano: sujeitos e relações sociais. Como defendido por McLuhan e Fiore (1969) [1], um meio é muito mais do que um canal de veiculação de conteúdo: ele é a própria mensagem. Deste modo, investigamos o preconceito linguístico manifestado no ciberespaço abrangendo as implicaturas do *locus*, o ciberespaço, na produção da mensagem, bem como os agentes dessa discriminação: 158 sujeitos. Este artigo versa ainda sobre os preconceitos que compõem o preconceito linguístico que se manifesta no espaço virtual. Os quatro fatores que designamos para o cumprimento de tal análise, gênero/sexo, nível de escolaridade, faixa etária e incidência de desvios linguísticos, seguem descritos após a análise da discriminação aqui abordada.

2 PRECONCEITO, PRECONCEITOS: A PLURALIDADE DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO CIBERESPAÇO

Na literatura Sociolinguística, trabalhos como os de Scherre (2005) [2] e de Bagno (2007) [3] denunciam que o preconceito linguístico é, em verdade, um preconceito social, cujo mote não é intra, mas extralinguístico, fixando-se antes na imagem social dos sujeitos que em seus repertórios e usos linguísticos. Ao longo de nossa pesquisa, as manifestações discriminatórias que encontramos e compilamos comprovaram tal perspectiva: há, na gênese do preconceito linguístico, uma profunda discriminação dos sujeitos pobres, periféricos, e cujo trânsito social é tolhido pela hegemonia social que nos caracteriza.

As ocorrências abaixo são transcritas *ipsis litteris*:

O preconceito contra os sujeitos pobres: Usuário V. A.: *Como se não bastasse ser pobre e tomar banho com sabão de coco de lavar roupa, ainda tem que falar “mutisarela” e “mortandela”.*

O preconceito contra a variação diatópica: Usuário C. H.: *1- Nordestino ñ sabe falar Português (e ñ me venham encher o saco q isto é bullying ñ). Não é cUmando é cOmando; não é fÊlicidade é fÊlicidade.*

O preconceito contra a variação linguística: Usuária M. J.: *Variação linguística é desculpa de gente burra.*

O sentimento de posse e de domínio dos bens culturais elitizados e do ciberespaço: Usuária V. O.: *1 – Uma nota dez pra erros gramaticais. Gente assim não podia ter acesso ao mundo, apenas a aulas de gramática, porque olha...*

2 – Maldita inclusão digital. É um crime, estar aqui, escrevendo assim.

O preconceito que se explicita e se orgulha de ser preconceito: Usuário G. P.: *Meu maior preconceito para com o mundo é linguístico. Aceito melhor a falta de um dente de trás que um ‘trás’ no lugar de ‘traz’. Me julguem.*

O espaço de que dispomos para a redação deste artigo não nos permite transpor todas as ocorrências que constam de nosso *corpus*, mas as que reportamos denotam claramente a complexidade da constituição do preconceito linguístico manifestado no ciberespaço. Por haver possibilidade de anonimato e por instalar o sentimento de descompromisso com o real, por ser um espaço virtual, as manifestações

discriminatórias se apresentam *in natura*, como cremos que dificilmente encontraríamos veiculadas em espaços sociais concretos.

Uma variedade linguística é uma denúncia: faz inferir de onde são e que espaço ocupam na sociedade os sujeitos que dela se valem. Em uma organização social hegemônica, operam atribuições valorativas que colocam no topo da pirâmide não só os sujeitos mais ricos, mas tudo o que os caracteriza: seus usos linguísticos, seus bens materiais e culturais e tudo o que ditam. De igual modo, colocam na base os sujeitos com menor poder aquisitivo, cujas expressões verbais são subjugadas, rejeitadas e tão tomadas como objeto de escárnio quanto os próprios sujeitos que delas lançam mão para se comunicar, produzir sentidos e significar-se.

3 OS AGENTES DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO CIBERESPAÇO

Neste trabalho, analisamos 158 agentes da discriminação linguística no ciberespaço, classificados segundo quatro aspectos: gênero/sexo, nível de escolaridade, faixa etária e incidência de desvios linguísticos nos registros (*print screens* e redes sociais). Encontram-se pormenorizados a seguir.

1.1 - O gênero/sexo

O primeiro aspecto analisado é o gênero/sexo. Em um total de 158 perfis estudados, 91 são de mulheres, 60 são de homens e 07 de sujeitos cujo sexo não foi identificado (perfis *fakes* - falsos, que lançam mão de personas fictícias ou que imitam personalidades literárias ou midiáticas).

Verificamos, pois, que os sujeitos são, em sua maioria, do sexo feminino. Em uma comunidade do *Orkut*, *Eu odeio erros de português*, com mais de 29 mil membros, encontrou-se uma enquete, realizada pelos próprios membros, acerca do posicionamento do gênero diante de desacertos linguísticos. Quando perguntados sobre “quem odeia mais os erros de português”, se meninos ou meninas, 78% (146 votos, num total de 187) responderam *meninas*, enquanto apenas 21% (41 votos) declararam que os meninos é que demonstram maior intolerância aos desvios linguísticos.

Para Cezario & Votre (2008) [4], em uma sociedade em que as funções exercidas por homens e mulheres são marcadamente distintas, os dialetos dos falantes do sexo masculino e do sexo feminino tornam-se também bastante diferenciados, chamando a atenção a propensão de falantes do sexo feminino para a apropriação das formas padrão da língua. Os autores explicam que (p.148-149)

[...] segundo alguns estudiosos, isso se dá porque, dentre outros fatores, da mulher é cobrado um comportamento mais rígido, em conformidade com as normas, em todos os sentidos, inclusive no que se refere ao comportamento linguístico. Devido a essa cobrança social, a mulher

teria uma preocupação maior em reproduzir as formas linguísticas consideradas de prestígio dentro de uma comunidade linguística.

Essa alegação vai ao encontro de resultados de uma importante pesquisa realizada por Trudgill (1974 *apud* Calvet 2002) [5], que, dentre outros, revelam que *as mulheres, em inúmeros casos, se autodefinem como usuárias das variantes mais prestigiosas sem realmente o serem, sem dúvida porque gostariam de utilizá-las ou pensam que deveriam fazê-lo* (p.70-71).

Trata-se, assim, de uma maneira possível de legitimar e de reafirmar as formas linguísticas por elas escolhidas. Ao renegar formas não validadas e não prestigiadas nos espaços sociais em que pretendem transitar, renegam também os falantes que as utilizam. O preconceito seria, nessa instância, antes social que linguístico, já que se assentaria num movimento identitário de negação do outro como parte do processo de reafirmação de si mesmo.

1.2 - O nível de escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos sujeitos aqui analisados está na Graduação ou já possui Nível Superior. Acrescidos de um indivíduo que possui formação continuada, esses dois grupos contabilizam 40,5% do total. Em segundo lugar aparecem os indivíduos que ainda frequentam o Ensino Médio ou já o finalizaram. Juntos, totalizam 27,9%. Por último, estão os alunos de Ensino Fundamental, que representam apenas 7,0% do total de sujeitos registrados.

Esses resultados sinalizam o nível crescente do preconceito linguístico: a incidência é maior quanto maior é o nível de escolaridade de seu agente. Bortoni-Ricardo (2004, p. 48) [6] defende que *os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que ele frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico*. A autora chama a atenção para a relação estreita entre esses fatores e o *status socioeconômico* em nossa sociedade.

Não é novidade que em uma sociedade cuja distribuição de renda e cujo acesso à educação de qualidade – principalmente a seus níveis mais elevados, como a Graduação e a formação continuada – estão tão aquém do que a democracia e os direitos fundamentais do cidadão preveem, as diferenças sociais sejam tão agudas e se evidenciem tão marcadamente por meio dos aspectos linguísticos, posto que linguagem e identidade constroem-se mutuamente.

Podemos tentar compreender a influência que o grau de escolarização tem na postura dos agentes da discriminação linguística diante do uso que determinados sujeitos fazem da língua, a partir da fala de Soares (1992, p. 15) [7]:

Os padrões culturais das classes dominadas são considerados como uma “subcultura” avaliada *em comparação com* a cultura dominante, isto é, com

padrões idealizados de cultura, que constituem a cultura dos grupos social e economicamente privilegiados. É assim que a *diferença* se transforma em *deficiência*, em *privação*, em *carência*. Trata-se, na verdade, de uma atitude etnocêntrica, para a qual ser diferente das classes dominantes é ser inferior. [grifos da autora]

Quanto maior o nível de escolaridade, maior a *responsabilidade linguística* dos sujeitos, ou seja, maior é a cobrança – pessoal e social – de domínio das normas padrão e culta da língua.

1.3 - A faixa etária

A divisão da faixa etária deu-se com base na função social dos sujeitos. O primeiro grupo, *até 17 anos*, que abrange os sujeitos que estão nos Ensinos Fundamental e Médio, registrou 41 (26%) indivíduos. O segundo, *dos 18 aos 25 anos*, que abrange os sujeitos que estão ingressando no Ensino Superior e concluindo-o, registrou 48 (30,4%) sujeitos. A terceira divisão, *entre 26 e 35 anos*, que compreende os sujeitos que estão ingressando no mercado de trabalho e/ou definindo seu posicionamento no mesmo, compreendeu 17 (10,8%) sujeitos. A última divisão diz respeito aos indivíduos *acima dos 35 anos*, fase em que comumente se alcança a estabilidade profissional, com 11 (7%) indivíduos. Há também a *faixa etária não identificada*, que registra 41 (26%) sujeitos.

Com os resultados obtidos, a relação entre faixa etária e preconceito linguístico verificou-se ser ascendente, tal como no aspecto anteriormente analisado.

O grupo com maior incidência foi o dos indivíduos que estão entre os 18 e os 25 anos, seguido pelo grupo dos sujeitos que têm até 17 anos. Esses resultados se alinham com os do fator nível de escolaridade, que apontam os sujeitos que estão na Graduação – seguidos dos que já a têm concluída –, em primeiro lugar, e os que transitam entre os Ensinos Fundamental e Médio, em segundo, na escala escolar. Talvez seja possível inferir que essa diminuição ocorra devido à troca de papéis desses indivíduos nos diferentes domínios sociais, conceito de que trata Bortoni-Ricardo (2004, p. 23) [6]:

Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana. Quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio.

Ao sair da universidade e adentrar o mercado de trabalho (vide nossa prévia associação idade/função), a reafirmação é outra: não é mais o *estudante*, constantemente lembrado – e cobrado – de sua responsabilidade linguística, que precisa de ser reafirmado, mas o *profissional*. A responsabilidade linguística, aqui, ainda existe, mas talvez adquira menor importância diante de cobranças novas, como a da competência profissional, ética, moral.

1.4 - Os desvios linguísticos

Ao decidirmos analisar o preconceito linguístico, decidimos que faria parte de nossos objetivos a busca por possíveis desvios linguísticos nos textos produzidos pelos agentes da discriminação em suas redes sociais. Ressaltamos, porém, que a expressão *desvios linguísticos*, não pretendemos cunhar um imperativo de julgamento análogo ao do preconceito estudado; compreende-se desvio como o que se afasta das normas gramaticais de qualquer ordem. Dentre os 158 sujeitos analisados, 116 apresentaram desvios linguísticos nos registros e 141 também nas redes sociais. Alguns exemplos são¹:

Usuária B. A.: a pessoa que escreve "concerteza" e "poisé" desse jeito, não **merece** o meu respeito !

Usuária B. Q.: Pareço legal, **mais** eu corrijo mentalmente quem fala errado.

Usuária R. S.: minha nossa senhora da gramática faça com que **as mãos** de quem escreve errado **caia!** Eles não precisam delas, amém!

Os resultados de tal análise permitem-nos pensar que Bagno (2007, p. 76-77) [3] está correto ao dizer que *as formas linguísticas vão ser julgadas e avaliadas de acordo com os juízos e valores sociais atribuídos a quem se serve delas* e que, portanto, *a avaliação é essencialmente social, isto é, não é propriamente a língua que está sendo avaliada, mas, sim, a pessoa que está usando a língua daquele modo*. Pode-se dizer, então, que existe uma relativização da aceitação do erro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – POR UMA APLICABILIDADE DA SOCIOLINGÜÍSTICA AOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

A Sociolinguística dispõe de uma literatura ampla que pode servir de subsídio a uma práxis educativa dignificante, mas suas prescrições científicas não têm sido, frequentemente, incorporadas aos currículos escolares compulsoriamente, mas como temas transversais. Há lacunas históricas de um trabalho digno com língua materna, que começam a ser preenchidas, embora ainda encontrem muita resistência, e isto deve servir para que não nos ausentemos do fato de que é sempre necessário

¹ Os grifos são nossos.

pensar no compromisso da Sociolinguística com a Educação. Seus resultados devem estar voltados à aplicabilidade. Quanto ao presente trabalho, esperamos que os nossos resultados mostrem a contento o que têm a mostrar: a gênese social do preconceito linguístico e o quão inaceitável é que sujeitos continuem a ser repudiados e socialmente excluídos pelo uso diverso e espontâneo que, por direito, fazem de sua língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [3] BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- [6] BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- [5] CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- [4] CEZARIO, Maria Maura.; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. 148-149.
- [1] MCLUHAN, Marshall. FIORE, Quentin. *O meio é a mensagem*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1969.
- [2] SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- [7] SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Editora Ática, 1992.